

Resenha crítica

EDMONDSON, Ray. *Filosofia e princípios dos arquivos audiovisuais*. Paris: UNESCO, 2004.

Priscila de Almeida Xavier¹

Os arquivos audiovisuais, no caso de instituições que lidam diretamente com documentações, têm suas especificidades de princípios, normas e conservação. Pensando que, durante todo o século XX, vimos uma explosão tecnológica dos meios audiovisuais, entendidos aqui entre outras definições, como obras que contenham imagens e sons reproduzíveis, integrados a um suporte, a área de arquivo audiovisual ainda é insuficientemente estudada e restrita a poucos profissionais no mundo todo.

Ray Edmondson nos coloca a questão da identidade de um arquivo audiovisual e de seus profissionais, pensando em uma teoria e filosofia da área. Sua publicação foi a primeira nesse sentido. Utilizou seus estudos e experiências na área, tanto na Austrália, seu país de origem onde atuou como arquivista de audiovisual, quanto em participações em congressos, cursos e cargos nas federações internacionais, responsáveis por unificar a área de arquivos audiovisuais. Sua publicação está sob os auspícios da UNESCO, em seu comitê de arquivos, uma unidade internacional para pensar os arquivos audiovisuais. Embora ainda não haja uma federação unificada plenamente para pensar os arquivos audiovisuais como um todo, existe as federações ligadas aos diferentes formatos audiovisuais, como a FIAF (Federação Internacional de Arquivos de Filme), FIAT (Federação Internacional de Arquivos de Televisão), IASA (Associação Internacional de Arquivos Sonoros) e AMIA (Associação de Arquivistas de Imagens em Movimento).

¹ Mestranda em Ciências da Comunicação pela ECA-USP e pós-graduanda em Organização de Arquivos pelo IEB-USP. priscila.xavier@usp.br

Mesmo sendo ainda uma área relativamente nova aos estudos de documentação, cada vez mais o arquivo audiovisual vem tomando espaço nessas instituições. Os arquivos e acervos de ciência seguem essa tendência e está se tornando comum encontrar nas instituições com arquivos científicos, documentos audiovisuais que serviram de registro ou base para experimentos.

Uma das questões relevantes do estudo dos acervos audiovisuais é a relação entre a tecnologia que se desenvolveu em pouco mais de um século e que dominou os meios de comunicação e informação nesse período, levando-se em conta de que falamos de cinema, televisão, rádio, reproduções sonoras, etc, e a falta de estudos sobre sua guarda e conservação, tão pouco definida entre instituições responsáveis pela guarda da memória e do patrimônio cultural da humanidade. Existe um contexto social, regional e, por fim, internacional que precisa ser elucidado quando lidamos com tal tipo de indagação. A indústria, a comercialização e a idéia de novas tecnologias dominam o pensamento do século XX e do início do século XXI e portanto, há a noção de desenvolvimento que coloca rapidamente em desuso certos formatos, no caso dos audiovisuais, para experimentar novas tecnologias. Perguntamos-nos, então, onde fica a memória desse período? É nesse sentido que Edmondson irá pensar os princípios da profissão de arquivista audiovisual; específico e capaz de lidar com tais mudanças, salvaguardando informações contidas não só pelas imagens ou sons guardados no interior dos suportes, mas também pelos próprios suportes, que nos dizem muito de seu contexto de produção.

Para pensar um arquivo audiovisual, normalmente o representamos por aquilo que ele não é, ou seja, o definimos como “não-texto”, “não-escrito”. Isso coloca os documentos audiovisuais em uma posição de inferioridade aos outros tipos de documentação já consagrados no meio arquivístico. Ninguém define um documento textual como um “não-audiovisual”.

As normas e princípios evocados fazem parte da deontologia, que é a ética dentro da profissão, produto de valores e motivações,

pensando na conduta pessoal e institucional, conforme o autor. Quanto mais definidos tais pressupostos, mais fácil será angariar recursos e demonstrar o valor profissional e sua especificidade. O autor nos apresenta em seu texto toda uma gama de princípios e valores da profissão, de forma até repetitiva, como tinha de ser em uma obra que se propõem introdutória. As questões permeiam desde a ética pessoal dentro do ambiente de trabalho, até casos mais amplos, como o direito público e privado, que é algo polêmico a ser tratado especificamente nesse tipo de arquivo, uma vez que há direitos de uso de imagem, direitos autorais, etc.

Hoje vivemos uma mudança tecnológica importante, que transformará nossa relação com a memória e a salvaguarda do patrimônio. O que se convencionou chamar de “era digital” terá suas implicações futuras para as áreas ligadas à documentação, como o arquivo audiovisual. O que é produzido hoje já não tem mais o suporte palpável, objetivo, a gravação é feita em meio digital (tanto das imagens, quanto dos sons) e no fim tudo não passa de códigos binários, que colocam em questão a própria profissão. Como conservar isso futuramente, uma vez que, a tecnologia se renova rapidamente e os suportes tornam-se obsoletos de uma hora para outra? Isso é posto no período entre a 1ª e 2ª edição do livro (1998-2004), quando a tecnologia digital começa a tomar conta dos processos audiovisuais, da produção à distribuição. Porém, não há o porquê do alarde em torno de tal fato, já que os meios audiovisuais vêm passando por mudanças radicais de formatos e suportes ao longo de sua existência e nem por isso a profissão se esvaziou. Pelo contrário, é justamente pela busca de conhecimento para realizar a salvaguarda de formatos em desuso, que a profissão começa a se consolidar, mesmo que de forma ainda tímida, em relação aos outros tipos documentais.

Um bom exemplo é a mudança de suporte de película fílmica entre o nitrato de celulose, para o acetato de celulose e seus derivados (diacetato, triacetato). O nitrato representava um grande perigo, pois entra em combustão com muita facilidade, o que cau-

sou muitos incidentes no início do século XX. Na década de 1950 desenvolveu-se em grande escala a produção do suporte em acetato, que era chamado de “safety”, ou seja, o suporte seguro. No entanto, trinta anos depois e muitos filmes “migrados” do nitrato para o acetato, descobre-se um problema com a conservação dos acetatos, a famosa “síndrome do vinagre”, que é a deterioração físico-química do suporte, que se transforma em ácido acético se não for guardado nas devidas instalações, com umidade e temperatura controladas. Ou seja, que era mais antigo acabou revelando-se muito mais seguro, do que aquele que foi desenvolvido para o suprir, daí o grande erro em destruir o suporte antigo e transferir seu conteúdo para um novo. No mais, transferir o conteúdo de um suporte para outro implica em transformar um documento em outro. Por exemplo, uma música gravada originalmente em um disco de 78 rpm, já não é a mesma quando passada para a mídia de CD. A qualidade muda, o contexto também. Estaremos, afinal, ouvindo outra música. Não devemos apenas pensar no novo, no agora, sem uma memória e o patrimônio que a assegura, pois assim não teremos aprendido nada com o passado, para melhorar o futuro.

Edmondson defende sua profissão de arquivista audiovisual, no sentido de, colocar como central a figura daquele que é responsável por guardar, de certa forma, essa memória. Se a profissão em si não é reconhecida, significa que a memória também não o é. A identidade, princípios e filosofia se colocam para que o próprio profissional se reconheça e se valorize diante da sociedade, que deve acolhê-lo como pertencente de sua cultura.